



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Processo n. 131.641/03

**CONTRATO N. 2011/122.0**

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE A  
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A CEB  
DISTRIBUIÇÃO S/A., PARA O  
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA  
ÀS ÁREAS COMUNS E PRIVATIVAS DOS  
BLOCOS DE APARTAMENTOS  
FUNCIONAIS DA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS.**

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e onze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, doravante denominada CONTRATANTE e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a CEB DISTRIBUIÇÃO S/A, Sociedade de Economia Mista com sede no SIA – Setor de Áreas Públicas – Complexo C – Bloco A – Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 07.522.669/0001-92, doravante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Superintendente de Atendimento, o senhor ROBERVAL MANCILHA SCARPA, portador da Carteira de Identidade n. 692.367 - SSP/MG e do CPF n. 237.648.136-87, e por sua Gerente de Grandes Clientes, a senhora ELZA LÚCIA BARBOSA GHEDINI, portadora da Carteira de Identidade n. 747.812-SSP/DF e do CPF n. 214.770.781-34, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo sob referência, com a Lei n. 8.666, de 21/6/93, doravante denominada LEI, em especial com o seu artigo 24, XXII, com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado REGULAMENTO, em especial com o seu artigo 20, XVI, e, ainda, em conformidade com a Resolução ANEEL n. 414/10, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com suas alterações, e demais normas que regulam a espécie, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objetivo, segundo a estrutura da tarifa de Baixa Tensão, o fornecimento de energia elétrica, pela CONTRATADA, às áreas comuns e privativas dos blocos de apartamentos funcionais da CONTRATANTE, localizados em diversos pontos do Distrito Federal.

Parágrafo único – O valor do presente Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

condições da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do art. 113 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA NOMENCLATURA TÉCNICA**

Para perfeito entendimento e maior precisão da terminologia técnica usada neste instrumento, fica, desde já, acertado entre as partes o significado dos vocábulos e expressões técnicas usuais em fornecimento de energia elétrica, conforme a seguir relacionados e definidos:

a) DA CARGA INSTALADA	- soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW);
b) DA ENERGIA ELÉTRICA REATIVA	- aquela que circula entre diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh);
c) DA DISTRIBUIDORA (CONTRATADA)	- agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica;
d) DO CONSUMIDOR	- pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento de energia ou o uso do sistema elétrico à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s);
e) DA ENERGIA ELÉTRICA ATIVA	- aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatt-hora (kWh);
f) GRUPO “B”	- grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV);
g) DO INDICADOR DE CONTINUIDADE	- valor que expressa a duração, em horas, e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo;
h) DA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO	- desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;
i) DO PADRÃO DE TENSÃO	- níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em Volts (V), em que a CONTRATADA deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL.
j) DA POTÊNCIA DISPONIBILIZADA	- potência de que o sistema elétrico da CONTRATADA deve dispor para atender os equipamentos elétricos da unidade consumidora;
k) DA TARIFA	- valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em Reais por unidade de energia elétrica ativa ou da demanda de potência ativa;
m) DA UNIDADE CONSUMIDORA	- estabelecimento residencial do poder público, composto de instalações e equipamentos elétricos, caracterizados pelo recebimento de energia elétrica em um só ponto de entrega, com medição individualizada em baixa tensão;



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

n) PONTO DE ENTREGA	- conexão do sistema elétrico da distribuidora com a unidade consumidora; situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a unidade consumidora;
o) SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO	- desligamento de energia elétrica da unidade consumidora, sempre que o consumidor não cumprir com as suas obrigações definidas na Cláusula Quinta deste Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA MEDIÇÃO E DA LEITURA**

A medição da energia fornecida à CONTRATANTE, em todos os seus parâmetros, será efetuada através de instrumentos de medição pertencentes e instalados pela CONTRATADA, na(s) unidade(s) consumidora(s), de acordo com suas normas e padrões.

Parágrafo primeiro – Serão de responsabilidade da CONTRATANTE os eventuais custos decorrentes das adaptações, em suas instalações, que se façam necessárias para possibilitar o recebimento do(s) equipamento(s) de medição.

Parágrafo segundo – Periodicamente, a CONTRATADA procederá a leitura dos instrumentos de medição, empenhando-se para que, sempre que possível, entre duas leituras sucessivas ocorra o intervalo correspondente a um mês civil.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA compromete-se a aferir seus instrumentos de medição periodicamente, com a fiscalização da CONTRATANTE, se a esta convier. Aferições extras poderão ser efetuadas por solicitação da CONTRATANTE a qualquer momento, cabendo a esta, porém, as despesas correntes, se for constatado que os medidores aferidos se encontram dentro das margens de tolerância de erro admitidas nas especificações do Instituto Nacional de Pesos e Medidas - INMETRO e/ou da Associação Brasileira de Normas Técnicas ou, na falta destas, em norma internacional tradicionalmente aceita.

Parágrafo quarto – A CONTRATANTE será responsável pela guarda dos equipamentos de medição e seus acessórios, não podendo intervir nem deixar que outros intervenham no respectivo funcionamento, a não ser os representantes da CONTRATADA, devidamente identificados.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO ACESSO ÀS INSTALAÇÕES**

A CONTRATANTE consentirá, em qualquer tempo, que representantes da CONTRATADA, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações elétricas de sua propriedade e fornecer-lhes-á os dados e informações que solicitarem, sobre assuntos pertinentes ao funcionamento dos aparelhos e instalações ligados ao sistema elétrico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## **CLÁUSULA QUINTA – DA SUSPENSÃO E DA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO**

Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção imediata, pelas razões descritas nos incisos I e II seguintes, ou após prévio aviso, pelas razões descritas nos incisos III a V:

- I. deficiência técnica ou de segurança em instalações da unidade consumidora que ofereçam risco iminente a pessoas, bens ou ao sistema elétrico;
- II. fornecimento de energia elétrica a terceiros;
- III. impedimento do acesso de empregados e representantes da CONTRATADA para leitura, substituição de medidor e inspeções necessárias;
- IV. razões de ordem técnica; e
- V. falta de pagamento da fatura de energia elétrica.

Parágrafo primeiro – Constituirá motivo de suspensão de fornecimento, a inobservância pela CONTRATANTE, de qualquer das cláusulas do presente Contrato e os demais casos previstos na legislação pertinente.

Parágrafo segundo – Os serviços de manutenção programada nas instalações de geração, transmissão e transformação da CONTRATADA, que obriguem a interrupção de fornecimento à unidade consumidora, somente poderão ser executados mediante aviso prévio de 72 (setenta e duas) horas, isentando-se a CONTRATADA de qualquer responsabilidade, penalidade ou indenização pelos eventuais prejuízos causados a CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO FATURAMENTO**

A CONTRATADA emitirá faturas mensais com base nos valores medidos da energia fornecida às unidades consumidoras em Baixa Tensão, observadas as cláusulas deste Contrato e a legislação em vigor, bem como as tarifas fixadas pelo Poder Concedente, com os ajustes previstos.

Parágrafo primeiro – A CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento mensal da energia fornecida pela CONTRATADA, na data de vencimento das respectivas faturas.

Parágrafo segundo – Findo o prazo para pagamento das faturas, incidirão sobre o valor líquido juros de mora de 1% ao mês, multa de até 2% e correção monetária com base no Índice Geral de Preços do Mercado-IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que vier a substituí-lo, nos termos da legislação específica do setor elétrico e do Contrato de Concessão de Distribuição n. 066/99-ANEEL, observado o art. 126 da Resolução Normativa n. 414/10 da ANEEL. O prazo para pagamento das faturas não será afetado por discussões entre as partes, sobre questões de cálculo, devendo a diferença, quando houver, ser paga ou devolvida por processamento independente, a quem de direito.

Parágrafo terceiro – Quando o fator de potência for inferior ao ‘Fator de Potência de Referência’ estabelecido pela legislação, o total do faturamento resultante da aplicação da tarifa de consumo sobre o valor



#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

medido de kWh, será acrescido de um ajuste calculado de acordo com a legislação específica. O fator de Potência de Referência vigente é de 0,92, definido pela Resolução ANEEL n. 414/10. Caberá ao CONTRATANTE instalar, por sua conta, os equipamentos corretivos necessários para melhoria do fator de potência.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRINCIPAIS DIREITOS DOS CONSUMIDORES**

Os principais direitos são:

- a) Receber energia elétrica em sua unidade consumidora nos padrões de tensão e de índices de continuidade estabelecidos;
- b) Ser orientado sobre o uso eficiente da energia elétrica, de modo a reduzir desperdícios e garantir a segurança na sua utilização;
- c) Escolher uma entre pelo menos 6 (seis) datas disponibilizadas pela distribuidora para o vencimento da fatura;
- d) Receber a fatura com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do vencimento, exceto quando se tratar de unidades consumidoras classificadas como Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, cujo prazo deve ser de 10 (dez) dias úteis;
- e) Responder apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade;
- f) Ter o serviço de atendimento telefônico gratuito 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana para a solução de problemas emergenciais;
- g) Ser atendido em suas solicitações e reclamações feitas à distribuidora sem ter que se deslocar do Município onde se encontra a unidade consumidora;
- h) Ser informado de forma objetiva sobre as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que previstos em norma e regulamentos;
- i) Ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;
- j) Ser informado, na fatura, do percentual de reajuste da tarifa de energia elétrica aplicável a sua unidade consumidora e data de início de sua vigência;
- k) Ser ressarcido por valores cobrados e pagos indevidamente, acrescidos de atualização monetária e juros;
- l) Ser informado, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a possibilidade da suspensão de fornecimento por falta de pagamento;
- m) Ter a energia elétrica religada, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, a





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

partir da constatação da distribuidora ou da informação do consumidor;

- n) Receber, em caso de suspensão indevida do fornecimento, o crédito estabelecido na regulamentação específica;
- o) Ter a energia elétrica religada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a área urbana ou 48 (quarenta e oito) horas para a área rural, após comprovado o pagamento de fatura pendente;
- p) Ser ressarcido, quando couber, por meio de pagamento em moeda corrente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da respectiva data de solicitação ou, ainda, aceitar o conserto ou a substituição do equipamento danificado, em função da prestação do serviço inadequado do fornecimento de energia elétrica;
- q) Receber, por meio da fatura de energia elétrica, importância monetária se houver descumprimento, por parte da distribuidora, dos padrões de atendimento técnicos e comerciais estabelecidos pela ANEEL;
- r) Ser informado sobre a ocorrência de interrupções programadas, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
- s) Ser informado, por documento escrito e individual, sobre as interrupções programadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, quando existir na unidade consumidora pessoa que dependa de equipamentos elétricos indispensáveis à vida;
- t) Ter, para fins de consulta, nos locais de atendimento, acesso às normas e padrões da distribuidora e às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica;
- u) Quando da suspensão do fornecimento, ser informado do pagamento do custo de disponibilidade e das condições de encerramento da relação contratual quando da suspensão do fornecimento;
- v) Cancelar, a qualquer tempo, a cobrança de outros serviços por ele autorizada; e
- w) Ser informado sobre o direito à Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e sobre os critérios e procedimentos para a obtenção de tal benefício, se for o caso.

## **CLÁUSULA OITAVA – DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR**

Os principais deveres são:

- a) Manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas da unidade consumidora, de acordo com as normas oficiais brasileiras;
- b) Responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior de sua propriedade;



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

- c) Manter livre a entrada de empregados e representantes da distribuidora para fins de inspeção e leitura dos medidores de energia;
- d) Pagar a fatura de energia elétrica até a data do vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de descumprimento;
- e) Informar à distribuidora sobre a existência de pessoa residente que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida na unidade consumidora;
- f) Manter os dados cadastrais da unidade consumidora atualizados junto à distribuidora, especialmente quando da mudança do titular, solicitando a alteração da titularidade ou o encerramento da relação contratual, se for o caso;
- g) Informar as alterações da atividade exercida (ex.: residencial; comercial; industrial; rural; etc.) na unidade consumidora;
- h) Consultar a distribuidora quando o aumento de carga instalada da unidade consumidora exigir a elevação da potência disponibilizada; e
- i) Ressarcir a distribuidora, no caso de investimento realizados para o fornecimento da unidade consumidora e não amortizados, excetuando-se aqueles realizados em conformidade com os programas de universalização dos serviços.

### **CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E COBRANÇA DE OUTROS SERVIÇOS**

A CONTRATADA poderá:

- a) Executar outros serviços vinculados ao fornecimento de energia elétrica, desde que a CONTRATANTE, por sua livre escolha, decida por contratar; e
- b) Emitir fatura específica para a cobrança de contribuições de caráter social, desde que autorizada, antecipadamente pela CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

O presente CONTRATO rescindir-se-á:

- a) Por mútuo acordo, atendidas as conveniências das partes;
- b) Por pedido voluntário para encerramento da relação contratual e consequente desligamento da unidade consumidora, a partir da data de solicitação;
- c) Por decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de religação à revelia praticados durante a suspensão;
- d) Por pedido de fornecimento formulado por novo interessado referente à mesma unidade consumidora;



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

e) Por iniciativa da CONTRATANTE se a CONTRATADA descumprir qualquer cláusula deste Contrato.

Parágrafo único – Este Contrato poderá ser rescindido, ainda, nos termos das disposições contidas no artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Caso haja mudança na legislação específica de energia elétrica, que acarrete alterações sobre a presente avença, serão tais medidas incorporadas ao presente Contrato, independentemente de transcrição neste instrumento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RENÚNCIA**

A abstenção eventual de qualquer das partes no uso das faculdades que lhes são concedidas no presente Contrato não importará renúncia relativa às novas oportunidades de uso de tais faculdades.

### **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA NOVAÇÃO**

A tolerância entre as partes não implica novação das obrigações assumidas neste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, ou seja, de 16/6/11 a 15/6/12, podendo ser prorrogado por meio de Aditivo, com amparo no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

Para os casos omissos no presente Contrato e relativos às condições de fornecimento de energia elétrica, prevalecerão as condições gerais das normas e disposições regulamentares em vigor, particularmente as estipuladas em portarias de tarifas, cabendo, ainda, em última instância, recursos à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO VALOR TOTAL ESTIMADO**

O valor total estimado deste Contrato é de R\$1.454.000,40 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e quarenta centavos), sendo:

- a) R\$1.235.898,07 (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais e sete centavos), referentes ao fornecimento de energia elétrica aos imóveis funcionais e áreas comuns; e
- b) R\$218.102,33 (duzentos e dezoito mil, cento e dois reais e trinta e três centavos), referentes aos gastos com a Contribuição de Iluminação Pública.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

Os preços relativos aos serviços objeto deste Contrato serão reajustados de acordo com os índices ou regras de reajustamento estabelecidos em pertinente resolução homologatória da ANEEL, em conformidade com a Lei n. 9.427/96 e com o Contrato de Concessão de Distribuição n. 66/99.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução dos serviços a que se refere o presente Contrato, objeto das Nota de Empenho n. 2011NE001287, emitida em 31/3/11, no valor de R\$205.983,01 (duzentos e cinco mil, novecentos e oitenta e três reais e um centavo) e n. 2011NE001288, emitida em 31/3/11, no valor de R\$36.350,39 (trinta e seis mil, trezentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos) correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:  
01.122.0553.4062-0101
- Natureza da Despesa:  
(Nota de Empenho n. 2011NE001287)  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas  
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica  
  
(Nota de Empenho n. 2011NE001288)  
3.0.00.00 – Despesas Correntes  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes  
3.3.90.00 – Aplicações Diretas  
3.3.90.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL**

Considera-se órgão responsável a Coordenação de Habitação, sediada no 21º andar do Edifício Anexo I da CONTRATANTE, que indicará o servidor responsável pelos atos acompanhamento e fiscalização desta contratação.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes do cumprimento deste Contrato.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 10 (dez) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 16 de junho de 2011.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Rogério Ventura Teixeira  
Diretor-Geral  
CPF n. 292.707.311-20

Roberval Mancilha Scarpa  
Superintendente de Atendimento  
CPF n. 237.648.136-87

Elza Lúcia Barbosa Ghedini  
Gerente de Grandes Clientes  
CPF n. 214.770.781-34

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

CCONT/CT